



ps. 01.
M. J. J. J.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE lei nº 048/80-E

AUTOR:- Chefe do Executivo

ASSUNTO:- "Dispõe sobre as divisões e sub-divisões do solo urbano de Ibiúna para cálculo do IPTU p/o Exercício de 1.981 e das outras providências"

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO



1602
[Signature]

OFÍCIO Nº 340/80-4A.

IBIÚNA, 15 DE DEZEMBRO DE 1980.

SENHOR PRESIDENTE:

- Pelo presente, passamos às mãos de Vossa Excelência, o Projeto de Lei sob o nº 147, desta data, que dispõe sobre as divisões e sub-divisões do solo urbano de Ibiúna para cálculo do IPTU para o Exercício de 1981 e dá outras providências, o qual deverá ser apreciado por essa Egrêgia Câmara de Vereadores em CARÁTER DE URGÊNCIA, na forma disposta pelo § 1º do art. 26, do Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente

-DR. ORLANDO DA SILVA-
PREFEITO MUNICIPAL

À
SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR
LUIZ GABRIEL VIEIRA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.
NESTA.

Recbi: 15/12/80
[Signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO



024/80-E

1503-
Leprou

PROJETO DE LEI Nº 147.

DE 15 DE DEZEMBRO DE 1980.

"Dispõe sobre as divisões e sub-divisões do solo urbano de Ibiúna para cálculo do IPTU para o Exercício de 1981 e dá outras providências".

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade de Prefeito do Município de Ibiúna, sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

ARTIGO 1º - As divisões e sub-divisões do sólo urbano do Município de Ibiúna para cálculo do IPTU são regidas pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972; Lei Municipal nº 113, de 16 de julho de 1979; pelo Código Tributário Municipal, artigo 12, inciso II e por esta Lei.

ARTIGO 2º - Para efeito de cálculo dos Impostos Municipais, o Município de Ibiúna fica assim dividido, sub-dividido e classificado:-

- a) - Perímetro Urbano
Sub-dividido em Zona Central
Zona Periférica.
- b) - Áreas de Expansão Urbana
Sub-divididas em Loteamentos Classe A
Loteamentos Classe B
Loteamentos Classe C
Desmembramentos
Arruamentos
Glebas e sub-glebas
Lotes e sub-lotes
Áreas Especiais.
- c) - Distritos e suas limitações.
- d) - Bairros.
Delimitações de divisões e sub-divisões.

Item a)-

Zona Central. "Começa na Via Bandeirantes na ponte do Rio Sorocabussú, sobe pela Rua Cap. Manoel de Oliveira Carvalho até a Rua Pinduca Soares, desce a Rua Pinduca Soares e Rua 15 de Novembro, Praça Monsenhor Antonio Pepe, atingindo a Praça Marechal Deodoro, Rua Cap. Cardoso de Mello, Monsenhor Cintra, Francisco de Barros, Avenida São Sebastião.

-segue- ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO



-02-

Zona Periférica. "A partir do marco zero, na Praça do Forum, um raio de mil metros, excluindo a área da Zona Central".

Item b) - Áreas de Expansão Urbana.

Loteamentos Classe A - "Loteamentos ao longo da Cota 30 da CBA e localizados até mil metros na parte continental; Loteamentos fechados, com domínios dotados de infraestrutura descritas em Lei e assim classificados por perícia administrativa.

Loteamentos Classe B - "Loteamentos abertos na zona periférica, sem infraestrutura com mais de 300 metros e menos de mil metros por lote.

Loteamentos Classe C - "Loteamentos populares, abertos, sem infraestrutura, com menos de 300 metros por área de lote.

Item c) - Distrito.

O Distrito do Paruru tem sua zona urbana delimitada na forma prevista pelo Código Tributário, no Artigo 9º § 1, incisos IV e V.

Item d) - Bairros.

Os bairros são classificados por Código de área e estão sujeitos à legislação urbanística municipal.

ARTIGO 3º - Consideram-se excluídas das divisões descritas no artigo 1º, as áreas e propriedades rurais inscritas e regularizadas no INCRA, bem como as isentas por força de Lei.

ARTIGO 4º - Os loteamentos, glebas e sub-glebas localizados no perímetro urbano ou nas áreas de Expansão Urbana e que tenham perdido sua produtividade agrária, ficam sujeitos à liberação pelo INCRA, com participação técnica da Municipalidade e a observância da legislação urbanística municipal.

ARTIGO 5º - Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos, glebas e sub-glebas localizados no Perímetro Urbano e nas áreas de Expansão Urbana, que não estejam inscritos, aprovados, registrados e cadastrados civil e administrativamente, são considerados irregulares e passíveis das penalidades da legislação em vigor.

ARTIGO 6º - Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos, glebas e sub-glebas serão regularizados pela Municipalidade, mediante o cumprimento do disposto no artigo 10, Capítulo IV, da Lei Federal 6.766 e o pagamento no ato do Requerimento Inicial de 50% do valor de CR\$. 1,00 por metro quadrado da área e 50% no ato de aprovação, sem prejuízo de multas, correções e eventuais débitos anteriores do imóvel.

ARTIGO 7º - A aprovação de loteamentos, arruamentos e desmembramentos, no exercício, será sujeita ao recolhimento de 20% do valor de CR\$. 0,60 por metro quadrado da área a ser aprovada.

-Segue-...

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO



- 03 -

e o restante no ato da aprovação da planta pela Municipalidade, | sem prejuízo de impostos e taxas devidos no Exercício.

ARTIGO 8º - Os terrenos localizados na Zona Central e Periférica, sem calçadas, muros ou cercas e que não possuem edificações, serão acrescidos de 100% nos impostos devidos no Exercício, somente nos terrenos, que possuem guias e sargetas.

§ ÚNICO - O imóvel penalizado no Exercício, per manecendo irregular até findo o Exercício, será multado em 200% do imposto devido, extinguindo-se a penalidade desde que regularizado pelo proprietário e notificada a Secção de Cadastro.

ARTIGO 9º - Os valores incidentes para o Exercício de 1981 são aplicáveis de acordo com o disposto no artigo 12, § II do Código Tributário Municipal.

	p/ m2.
1) a) - Loteamentos Classe A	até CR\$. 400,00
b) - Loteamentos Classe B	até CR\$. 250,00
c) - Loteamentos Classe C	até CR\$. 150,00
d) - Lotes não vendidos	até CR\$. 50,00
e) - Desmembramentos acima de 10.000 m2	até CR\$. 60,00
f) - Desmembramentos abaixo de 10.000 m2	até CR\$. 100,00
g) - Glebas e Sub-glebas brutas	até CR\$. 20,00

§ 1º - O imposto predial será cobrado a razão de 25% do valor do territorial, para cada edificação existente no terreno.

2) - Zona Central Periférica.	p/ m2.
a) - Terreno sem construção 125 a 300 m2	até CR\$. 200,00
b) - Terreno sem construção 300 m2 ou mais	até CR\$. 300,00
c) - Terreno com construção 125 a 300 m2	até CR\$. 250,00
d) - Terreno com construção 300 m2 ou mais	até CR\$. 400,00
e) - Terreno para comércio 300 m2 ou mais	até CR\$. 800,00
f) - Terreno c/construção comercial 125 a 300 m2	até CR\$. 800,00
g) - Terreno c/ construção e residencial 125 a 300 m2	até CR\$. 600,00
h) - Terrenos c/construção comercio 300 m2 ou mais	até CR\$. 900,00

§ 2º - Para os prédios com mais de um pavimento, será cobrado 20% do valor obtido por pavimento.

ARTIGO 10º - Fica autorizada a Municipalidade a cobrar as despesas decorrentes da emissão e envio dos lançamentos de impostos Predial e Territorial Urbano, bem como estabelecer a taxa para emissão de 2as. Vias de Impostos transviados e requeridos.

ARTIGO 11º - Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos aprovados pela Municipalidade devem remeter a relação dos compromissários compradores, seus endereços de correspondência e responsabilidade para a Secção de Cadastro da Municipalidade. O não cumprimento acarreta o lançamento em nome do responsável pelo Loteamento e ou área aprovada, bem como as responsabilidades pela Dívida Ativa.

ARTIGO 12º - Fica autorizada a Municipalidade, a qualquer tempo, emitir impostos aditivos ou suplementares, desde que por força de fiscalização ou do disposto no artigo 12, § II do -Segue- ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO



- 04 - 14

Código Tributário, comprove insuficiência de lançamento nos impostos Predial e Territorial do Exercício.

ARTIGO 12º - Os casos não abrangidos por esta Lei, pela excepcionalidade e circunstâncias de inequívoco interesse público, serão dirimidos pelo Senhor Prefeito Municipal, aplicando-se o Código Tributário Municipal.

ARTIGO 13º - Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 01 (primeiro) de janeiro de 1981 (mil novecentos e oitenta e um), revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 15 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1980.

-DR. ORLANDO DA SILVA-
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO



- JUSTIFICATIVA -

- PROJETO DE LEI Nº 147, DE 15/12/80 -

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES:-

A apresentação do presente Projeto de Lei à deliberação e aprovação da Egrégia Câmara Municipal de Ibiúna, representa um passo importante para a elaboração de uma legislação urbanística consetânea às normas instituídas através da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Há muito a Lei 58, de 1937 e o próprio Decreto-Lei nº 271, de 1967, deixaram de ser realidade, provocando maiores problemas do que soluções.

Enfatiza o Professor Hely Lopes Meirelles, no seu livro "Direito de Construir", o seguinte: - Ocorre, porém, que as Municipalidades do Interior, em sua quase totalidade, não dispõe de legislação urbanística, e, diante desta omissão, - aprovam todo e qualquer loteamento sem os mínimos requisitos técnicos e estético desejáveis(...) O resultado é esta verdadeira orgia de loteamentos que vêm provocando uma fictícia valorização imobiliária e um desastroso desordenamento das cidades"

As novas leis vigentes produzem efeitos penais rigorosos, desde que as Municipalidades ratifiquem harmoniosamente sua legislação, de acordo com suas características sociais, políticas, administrativas e de desenvolvimento do seu sólo urbano, prevenindo a desordem e o caos advindo da omissão.

O Projeto de Lei ora em apresentação visa dotar Ibiúna de um modelo inicial de legislação preventiva e reparadora de desvios cometidos pelas próprias deficiências das leis anteriores e pela ausência de maior poder de controle por parte do Executivo.

Dois pontos merecem observação especial: - O primeiro, trata de simplificarmos nossa divisão territorial para efeito de lançamento do IPTU, tornando loteamentos e adjacências, bairros e adjacências, desmembramentos e adjacências como área de expansão urbana, respeitados os direitos adquiridos por força da Lei maior, como são os casos de propriedades rurais. O segundo, trata de unificar o Predial e Territorial dentro de uma mesma perspectiva, evitando-se a duplicação inútil.

Damos um valor venal para cálculo dos impostos, partindo do disposto de artigo 12, § II de nosso código Tributário que, se revela abrangente na elucidação da realidade imobiliária frente ao valor de lançamento, uma dimensão maior, aplicando valores que irão atender a realidade contributiva de cada área, permitindo ao Executivo, através de sua Tributação evitar graves danos sociais ou injustiças na contribuição.

A classificação de loteamentos visou estabelecer critérios mais justos lançamentos, ao mesmo tempo, evitando que uma área próxima de um loteamento classe "A", por exemplo, mas de baixa renda, tivesse os mesmos valores venais.

A regularização das áreas irregulares, se im põe como medida de grande alcance civil e administrativo, pois é

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO



1508
- 02 -

irreal e irracional manter-se loteamentos, desmembramentos e grandes glebas e sub-glebas marginalizados da contribuição social do imposto, sem dar-lhes oportunidade de regularizar uma situação de fato. Os danos aos milhares de compromissários e as consequências futuras frente aos dispositivos de registro, inventários, usucapiões, etc., são evidentes demais para não tomarmos providências administrativas, sem prejuízo das sanções previstas por lei, pela dissídia e relapsidade dos proprietários faltosos.

Nossos impostos atingiram no exercício de 1980 a previsão orçamentária, com superávit, inclusive, fruto da agressividade na cobrança e na ampla disponibilidade de pagamento pelo contribuinte, através de redes bancárias em todo o Estado. Nossos aumentos, nos últimos dois exercícios foram de 31,2% em 1979 e de 39,1% em 1980, como contribuição às recomendações ao Ministério da Fazenda. No entanto, é impossível continuarmos lançando abaixo dos índices inflacionários oficiais. Daí, as majorações atingirem mais de 100%, o que apenas equilibra os valores venais de 1980.

Em resumo, afirmamos nesta Justificativa, a confiança que os ilustres Senhores Vereadores têm depositado em nossas atitudes, trabalhando juntos para o engrandecimento de Ibiúna e prevenindo para o futuro, através de Leis e proposições que evidenciam o alto espírito cívico e público que norteiam nossas decisões.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 15 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1980.

-DR. ORLANDO DA SILVA-
PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 047/80-E

Parecer Conjunto das Doutas Comissões de:
Justiça e Redação, Finanças e Orçamentos,
Obras Públicas e Atividades Privadas.

A classificação de loteamentos para estabelecer critérios para a cobrança de impostos, deve estar sempre es-
tribada no Código Tributário e expressa em Lei Municipal -
aprovada aprovada pelo Legislativo, não tendo impedimento
que a mesma se faça através de Decreto do Executivo. Mas a
prevalência da Lei deve ser um constante motivo pelo qual a
matéria é de natureza Legislativa e sua apresentação afeta
o Executivo, fato que não vinha acontecendo há mais de uma
década talvez. Embora a matéria enseje muita discussão, so-
mos obrigados a admitir a feitura do referido projeto, mu-
ito bem redigido, embora não atinja ainda a perfeição. Quanto
aos valores estabelecidos estão dentro do previsto e de acô-
do com a Lei, motivo pelo qual cabe ao plenário decidir so-
bre a aprovação da matéria.

SALA DAS COMISSÕES, 17/DEZEMBRO/1980.

Laurindo B. de Moraes

-LAURINDO B. DE MORAES-

Miguel Pereira da Silva

-MIGUEL PEREIRA DA SILVA-

Benedito Rolim de Freitas

-BENEDITO ROLIM DE FREITAS-

José Gomes

-JOSÉ GOMES- RELATOR-

Fadto Rahal

-FADLO RAHAL-

Fermínio Pereira da Cruz

-FERMINO PEREIRA DA CRUZ-

Iuquim

ELIAS-

Voto em favorado, conforme
o parecer sem a nós alertar que
"NÃO atinja a perfeição" somos pelo
adiamento da discussão e aprovação
do referido Projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

10/10
10/10

VISTA AO PROJETO DE LIE Nº 047/80 E:

A solicitação de vista ao referido Projeto - deu-se por acharmos necessária as modificações as quais apresentamos no SUBSTITUTIVO AO PROJETO.


Sala das Sessões em 22/12/1.980

Requerimento

11/11/80

Requerimento a Mesa devido o flenário
seja concedida vista ao Profto nº 00
80 E, pelo prazo de 5 dias, para
que possam os Melhores avaliar a solicita-
ção nele contida,

Vista esta a qual Solicitamos
de acordo com o art. 172 do Regimento
Interno desta Casa de Leis.

Fale da Mesa em 17/maio/80

Luzin Elias



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 029/80-E, DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA PARA O TRIÊNIO DE 1981/1983.

Examinado pela Comissão de Finanças e Orçamento o Plano Plurianual de Investimentos do Município de Ibiúna para o triênio de 1.981 a 1983, verificamos que o mesmo tendo sido elaborado por competente assessoria, na forma dos atos nºs.43 e 76 de 29 de Janeiro e 21 de Outubro de 1.969, respectivamente estão corretos e dentro da expectativa do progresso do Município, quanto a valorização do patrimônio público e recursos destinados ao financiamento das despesas de capitais, dentro dos recursos considerados disponíveis, somos de parecer que a matéria deve ser aprovado.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21 de Outubro de 1.980.


- JOSÉ GOMES - RELATOR -


- FADLO RAHAL -

- FERMINO PEREIRA DA CRUZ -



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 001/80

"Dispõe sobre as divisões e sub-divisões do sólo urbano de Ibiúna para cálculo do IPTU para o exercício de 1981 e dá outras providências".

-FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade de Prefeito do Município de Ibiúna, sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

ARTIGO 1º - As divisões e sub-divisões do sólo urbano do Município de Ibiúna para cálculo do IPTU são regidas pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972; Lei Municipal nº 113, de 16 de julho de 1979; pelo Código Tributário Municipal, artigo 12, inciso II e por esta Lei.

§ 1º - Para efeito de cálculo dos Impostos Municipais, o Município de Ibiúna fica assim dividido, sub-dividido e classificado:-

a) - Perímetro Urbano
Sub-dividido em

Zona Central
Zona Periférica.

b) - Áreas de Expansão
Urbana
Sub-divididas em

Loteamentos Classe A
Loteamentos Classe B
Loteamentos Classe C
Desmembramentos
Arruamentos
Glebas e Sub-Glebas
Lotes e Sub-Lotes
Áreas Especiais.

c) - Distritos e suas limitações.

d) - Bairros.

Delimitações de divisões e sub-divisões.

§ 2º - Zona Central: A partir do marco Zero (0), na Praça Monsenhor Antonio Pepe, dentro de um raio de 1.000 (mil) metros.

§ 3º - Zona Periférica:- A partir do marco Zero (0) da Praça Monsenhor Antonio Pepe (forum) dentro de um raio de mil (1.000) excluindo a área da Zona Central.

§ 4º - Áreas de Expansão Urbana:-

Loteamentos Classe A - "Loteamentos ao longo da Cota 830 da CBA e localizados até mil (1.000) metros na parte continental; Loteamentos fechados, com domínios dotados de infraestrutura descritas em Lei e assim classificados por perícia administrativa".

Loteamentos Classe B - "Loteamentos abertos na zona periférica, sem infraestrutura com mais de 300 metros e menos de mil metros por lote.

Loteamentos Classe C - "Loteamentos populares, abertos, sem infraestrutura, com menos de 300 metros por área de lote.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

.- 02 -

§ 5º - Distrito:-

O Distrito do Paruru tem sua zona urbana delimitada na forma prevista pelo Código Tributário, no Artigo 9º § 1º, Incisos IV e V.

§ 6º - Bairros:-

Os Bairros são classificados por Código de área e estão sujeitos a legislação urbanística municipal.

ARTIGO 2º - Consideram-se excluídas das divisões descritas no artigo 1º, as áreas e propriedades rurais inscritas e regularizadas no INCRA, bem como as isentas por força de lei.

ARTIGO 3º - Os loteamentos, glebas e sub-glebas localizados no perímetro urbano ou nas áreas de Expansão Urbana e que tenham perdido sua produtividade agrária, ficam sujeitos à liberação pelo INCRA, com participação Técnica da Municipalidade e a observância da legislação urbanística municipal.

ARTIGO 4º - Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos, glebas e sub-glebas localizados no Perímetro Urbano e nas áreas de Expansão Urbana, que não estejam inscritos, aprovados, registrados e cadastrados civil e administrativamente, são considerados irregulares e passíveis das penalidades da legislação em vigor.

ARTIGO 5º - Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos, glebas e sub-glebas serão regularizados pela Municipalidade, mediante o cumprimento do disposto no artigo 10, Capítulo IV, da Lei Federal 6.766 e o pagamento no ato do Requerimento Inicial de 50% do valor de CR\$. 1,00 por metro quadrado da área e 50 no ato de aprovação, sem prejuízo de multas, correções e eventuais débitos anteriores do imóvel.

ARTIGO 6º - A aprovação de loteamentos, arruamentos e desmembramentos, no exercício, será sujeita ao recolhimento de 20% do valor de CR\$. 0,60 por metro quadrado da área a ser aprovada e o restante no ato da aprovação da planta pela Municipalidade, sem prejuízo de impostos e taxas devidos no exercício.

ARTIGO 7º - Os terrenos localizados na Zona Central e Periférica, beneficiados com guias e sargetas, mas sem calçadas, muros ou cercas ornamentais e que não possuem edificações, serão acrescidos de 100% nos impostos devidos no exercício e em dobro no exercício seguinte.

ARTIGO 8º - Os valores incidentes para o Exercício de 1981, são aplicáveis de acordo com o disposto no artigo 12 § II do Código Tributário Municipal.

		p/	m2.
a)	- Loteamentos Classe A	Até CR\$. 400,00	
b)	- Loteamentos Classe B	Até CR\$. 250,00	
c)	- Loteamentos Classe C	Até CR\$. 150,00	
d)	- Desmembramentos acima de 10.000 m2	Até CR\$. 60,00	
e)	- Desmembramentos abaixo de 10.000 m2	Até CR\$. 100,00	
f)	- Glebas e Sub-Glebas brutas	Até CR\$. 10,00	

§ 1º - O imposto predial será cobrado a razão de 0,05% do valor venal da edificação existente.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 03 -

2) - Zona Central e Periférica.

p/ m².

- a) - Terreno sem construção 125 a 300 m² até CR\$. 200,00
- b) - Terreno sem construção 300 m² ou mais até CR\$. 300,00
- c) - Terreno com construção 125 a 300 m² até CR\$. 250,00
- d) - Terreno com construção 300 m² ou mais até CR\$. 300,00
- e) - Terreno para comércio 300 m² ou mais até CR\$. 500,00
- f) - Terreno c/ construção comercial 125 a 300 m² até CR\$. 600,00
- g) - Terreno c/ construção e residencial 125 a 300 m² até CR\$. 400,00
- h) - Terrenos c/ construção comércio 300 m² ou mais até CR\$. 700,00

§ 2º - Para os prédios com mais de um pavimento, será cobrado 20% do valor obtido por pavimento.

ARTIGO 9º - Fica autorizada a Municipalidade a cobrar as despesas decorrentes da emissão e envio dos lançamentos de impostos Predial e Territorial Urbano, bem como estabelecer a taxa para emissão de 2ªs Vias de Impostos.

ARTIGO 10º - Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos aprovados pela Municipalidade devem remeter a relação dos compromissários compradores, seus endereços de correspondências e responsabilidade para a Seção de Cadastro da Municipalidade. O não cumprimento acarreta o lançamento em nome do responsável pelo Loteamento e ou área aprovada, bem como as responsabilidades pela Dívida Ativa.

ARTIGO 11º - Fica autorizada a Municipalidade a qualquer tempo, emitir impostos aditivos ou suplementares, desde que por força de fiscalização ou do disposto no artigo 12, § II do Código Tributário, comprove insuficiência de lançamento nos impostos Predial e Territorial do Exercício.

ARTIGO 12º - Os casos não abrangidos por esta lei, pela excepcionalidade e circunstâncias de inequívoco interesse público, serão dirimidos pelo Senhor Prefeito Municipal, aplicando-se o Código Tributário Municipal.

ARTIGO 13º - Esta lei entrará em vigor a partir de 01 (primeiro) de janeiro de 1981-(mil novecentos e oitenta e um), revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS COMISSÕES, EM 22 DE DEZEMBRO DE 1980.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRATO DE LEI Nº 044/80

"Dispõe sobre as divisões e sub-divisões do solo urbano de Ibiúna para cálculo do IPTU para o exercício de 1981 e dá outras providências".

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e eu ORLANDO DA SILVA, sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

ARTIGO 1º.-As divisões e sub-divisões do solo urbano do Município de Ibiúna para o cálculo do IPTU são regidas pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972; Lei Municipal nº 113, de 16 de julho de 1979; pelo Código Tributário Municipal, artigo 12, inciso II e por esta Lei.

§ 1º - Para efeito de cálculo dos Impostos Municipais, o Município de Ibiúna fica assim dividido, sub-dividido e classificado:-

- a) - Perímetro Urbano
Sub-dividido em
Zona Central
Zona Periférica.
- b) - Áreas de Extensão Urbana
Sub-divididas em
Loteamentos Classe A
Loteamentos Classe B
Loteamentos Classe C
Desdobramentos
Arruamentos
Glebas e Sub-Glebas
Lotes e Sub-Lotes
Áreas Especiais.
- c) - Distritos e suas limitações.
- d) - Bairros.

Delimitações de divisões e sub-divisões.

§ 2º - Zona Central: A partir do marco Zero(0) na Praça Monsenhor Antonio Pepe, dentro de um raio de 1.000(mil) metros.

§ 3º - Zona Periférica:- A partir do marco Zero(0) da Praça Monsenhor Antonio Pepe (Forum) dentro de um raio de mil (1.000) excluindo a área da Zona Central.

§ 4º - Áreas de Extensão Urbana:-

Loteamentos Classe A - "Loteamentos ao longo da Cota 830 da CBA e localizados até mil(1.000) metros na parte continental; Loteamentos fechados, condominais dotados de infraestrutura descritas em Lei e assim classificado por perícia administrativa".

Loteamentos Classe B - "Loteamentos abertos na zona periférica, sem infraestrutura com mais de 300 metros e menos de mil metros por lote.

Loteamentos Classe C - "Loteamentos populacionais segue.....02



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

02

res, abertos, sem infraestrutura, com menos de 300 metros por área de lote.

§ 5º- Distrito:-

O Distrito do Paruru tem sua zona urbana delimitada na forma prevista pelo Código Tributário, no Artigo 9º § 1º, inciso IV e V.

§ 6º- Bairros:-

Os Bairros são classificados por Código de área e estão sujeitos à legislação urbanística municipal.

ARTIGO 2º.- Consideram-se excluídas das divisões descritas no artigo 1º, as áreas e propriedades rurais inscritas no INCRA, bem como as isentas por força de lei.

ARTIGO 3º.- Os loteamentos, glebas e sub-glebas localizados no perímetro urbano ou nas áreas de Expansão Urbana e que tenham perdido sua produtividade agrária, ficam sujeitos à liberação pelo INCRA, com participação técnica da Municipalidade e à observância da legislação urbanística municipal.

ARTIGO 4º.- Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos, glebas e sub-glebas localizados no Perímetro Urbano e nas áreas de Expansão Urbana, que não estejam inscritos, aprovados, registrados e cadastrados civil e administrativamente são considerados irregulares e passíveis das penalidades da legislação em vigor.

ARTIGO 5º.- Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos, glebas e sub-glebas serão regularizados pela Municipalidade, mediante o cumprimento do disposto no artigo 10, Capítulo IV, da Lei Federal 6.766 e o pagamento no ato do Requerimento Inicial de 50% do valor de Cr\$.1,00 por metro quadrado da área e 50% no ato de aprovação, sem prejuízo de multas, correções e eventuais débitos anteriores do imóvel.

ARTIGO 6º.- A aprovação de loteamentos, arruamentos e desmembramentos, no exercício, será sujeita ao recolhimento de 20% do valor de Cr\$.0,60 por metro quadrado da área a ser aprovada e o restante no ato da aprovação da planta pela Municipalidade, sem prejuízo de impostos e taxas devidos no exercício.

ARTIGO 7º.- Os terrenos localizados na Zona Central e Periférica, beneficiados com guias e sarjetas, mas sem calçadas, muros ou cercas ornamentais e que não possuem edificações, serão acrescidos de 100% nos impostos devidos no exercício e em dobro no exercício seguinte.

ARTIGO 8º.- Os valores incidentes para o Exercício de 1981, são aplicáveis de acordo com o disposto no artigo 12, § II do Código Tributário Municipal.

	p/ m2
a) - Loteamentos Classe A	Até Cr\$. 400,00-
b) - Loteamentos Classe B	Até Cr\$. 250,00-
c) - Loteamentos Classe C	Até Cr\$. 150,00-
d) - Desdobramentos acima de 10.000m2	Até Cr\$. 60,00-
e) - Desdobramentos abaixo de 10.000m2	Até Cr\$. 100,00-
f) - Glebas e Sub-Glebas brutas	Até Cr\$. 10,00-



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

03

§ 12- O imposto predial será cobrado a razão de 25% do valor do territorial, para cada edificação existente no terreno.

2) - Zona Central e Periférica.

		p/ m2
a)	- Terreno sem construção 125 a 300 m2 até	Cr\$. 200,00-
b)	- Terreno sem construção 300 m2 ou mais até	Cr\$. 300,00-
c)	- Terreno com construção 125 a 300 m2 até	Cr\$. 250,00-
d)	- Terreno com construção 300 m2 ou mais até	Cr\$. 300,00-
e)	- Terreno para comércio 300 m2 ou mais até	Cr\$. 500,00-
f)	- Terreno c/ construção comercial 125 a 300 m2 até	Cr\$. 600,00-
g)	- Terreno c/ construção e residencial 125 a 300 m2 até	Cr\$. 400,00-
h)	- Terreno c/construção comércio 300m2 ou mais até	Cr\$. 700,00-

§ 2º- Para os prédios com mais de um pavimento, será cobrado 20% do valor obtido por pavimento.

ARTIGO 9º.- Fica autorizada a Municipalidade a cobrar as despesas decorrentes da emissão e envio dos lançamentos de impostos Predial e Territorial Urbano, bem como estabelecer a taxa para emissão de 2ªs. Vias de Impostos.

ARTIGO 10º.-Os loteamentos, arruamentos, desmembramentos aprovados pela Municipalidade devem remeter a relação dos compromissários compradores, seus endereços de correspondência e responsabilidade para a Seção de Cadastro da Municipalidade. O não cumprimento acarreta o lançamento em nome do responsável pelo Loteamento e ou área aprovada, bem como as responsabilidades pela Dívida Ativa.

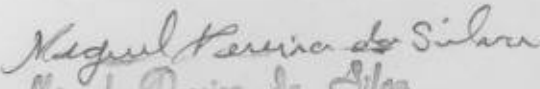
ARTIGO 11º.-Fica autorizada a Municipalidade a qualquer tempo, emitir impostos aditivos ou suplementares, desde que por força de fiscalização ou do disposto no artigo nº 12, § II do Código Tributário, comprove insuficiência de lançamento nos impostos Predial e Territorial do Exercício.

ARTIGO 12º.-Os casos não abrangidos por esta lei pela excepcionalidade e circunstâncias de inequívoco interesse público, serão dirimidos pelo Senhor Prefeito Municipal, aplicando-se o Código Tributário Municipal.

ARTIGO 13º.-Esta lei entrará em vigor a partir de 01(primeiro) de janeiro de 1981-(mil novecentos e oitenta e um) revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1.980.


LUIZ GABRIEL VIEIRA
PRESIDENTE


Miguel Pereira de Silva
SEGREDO SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 245/80

Ibiúna, 23 de Dezembro de 1.980.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente encaminho a V. Ex^{sa}., o AUTOGRA-
FO DE LEI Nº 044/80, referente ao Projeto de Lei nº 147 desse Execu-
tivo, aprovado na Sessão Extraordinária do dia 22 p. passado.

Valho-me do ensejo para apresentar-lhe os protestos
de estima e consideração.

Atenciosamente,

LUIZ GABRIEL VIEIRA
PRESIDENTE

AO EXMO. SR.

DR. ORLANDO DA SILVA

DD. PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA

N E S T A.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº 047/80-E foi aprovado na Sessão Extraordinária do dia 22/12/80 e que devido a aprovação do Projeto, foi expedido o Autógrafo de Lei - nº 044/80 através do ofício nº 245/80 de 23/12/80.
Ibiúna, 23 de Dezembro de 1.980.


MAFALDA GABRIEL NANNI

Assistente da Diretor

Resp. P/Secretaria Administrativa